

1) No estudo do dolo e da culpa as figuras que mais se distanciam são

- A) a culpa inconsciente da culpa consciente.
- B) o dolo direito do dolo eventual.
- C) o dolo direito da culpa inconsciente.
- D) o dolo eventual da culpa consciente.

2) Analise a seguinte frase: "o autor do crime de ocultação de cadáver (artigo 211 do Código Penal) sempre incide em concurso material de crimes visto a sua conduta estar relacionada a um crime anterior e contra a vida".

- A) A frase está correta.
- B) A frase está equivocada já que é possível a prática de forma isolada de apenas o crime de ocultação de cadáver.
- C) A frase está parcialmente equivocada já que o crime de ocultação de cadáver está relacionado apenas com os crimes de homicídio e aborto e não com todos os contra a vida.
- D) A frase está equivocada já que o crime de ocultação de cadáver normalmente é praticado em concurso formal de crimes.

3) O inciso V do art. 121 do Código Penal prevê, como forma qualificada, a prática do crime de homicídio "para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime". Essa circunstância é um bom exemplo para explicar o que são crimes

- A) conexos.
- B) complexos.
- C) preterdolosos.
- D) plurissubjetivos.

4) Em termos de Aplicação da Pena de nosso Código Penal a análise do comportamento da vítima

- A) pode ser feita de forma subjetiva pelo juiz mas não é exigência expressa do Código Penal.
- B) está prevista de forma expressa em nosso Código Penal e é feita na fixação da pena-base.
- C) deve ser feita no exame das circunstâncias agravantes e atenuantes.
- D) caracteriza a chamada atenuante inominada.

5) Na Lei 9.296/96 que obedece ao disposto no inciso XII do art.5º da Constituição Federal consta a possibilidade de interceptação do "luxo de comunicações em sistemas de informática e telemática". Essas duas expressões finais "informática e telemática"

- A) constam expressamente naquele dispositivo constitucional permissivo a essa interceptação.
- B) não constam no texto daquele dispositivo constitucional permissivo à interceptação.
- C) constam apenas em nosso Código Penal no capítulo da violação das comunicações telefônicas.
- D) estão abrangidas pela expressão "fluxo de comunicações" que consta naquele dispositivo constitucional permissivo à interceptação.

6) Dentro do tema Das Penas de nosso Código Penal uma das possíveis interdições temporárias de direitos é a da "suspensão de autorização para dirigir veículos". Essa suspensão é aplicada nos crimes

- A) dolosos ou culposos sem qualquer característica especial.
- B) "culposos de trânsito" expressão essa que, aliás, consta no próprio Código Penal.
- C) dolosos quando o agente utilizou de veículo como meio para a sua prática.
- D) culposos mas considerados pela doutrina e jurisprudência como "de trânsito" embora essa última expressão não conste em nosso Código Penal.

7) Como sabemos na hipótese de homicídio doloso praticado contra menor de 14 anos haverá um aumento de pena para o agente. Essa determinação de acréscimo está

- A) expressa na Lei 8.072/90 - Lei dos Crimes Hediondos.
- B) expressa na Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente quando define claramente o que são atos infracionais.
- C) inserida no § 4º do art. 121 do Código Penal, o mesmo parágrafo que trata de várias hipóteses de acréscimo relacionadas com a forma culposa.
- D) num dos parágrafos do art.121 do Código Penal mas não no mesmo que trata do acréscimo para a modalidade culposa.

- 8) Dentro do tema Do Concurso de Pessoas de nosso Código Penal consta que "o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega pelo menos a ser tentado". Essa expressão "salvo disposição em contrário" diz respeito**
- A) aos crimes de moeda falsa e impedimento de concorrência.
 - B) apenas ao crime de moeda falsa.
 - C) apenas ao crime de formação de quadrilha ou bando.
 - D) aos crimes de incitação ao crime e o de formação de quadrilha ou bando.
- 9) Uma das circunstâncias atenuantes elencadas em nosso Código Penal é a de ter o agente cometido o crime "em cumprimento de ordem superior". Essa ordem recebida foi**
- A) manifestamente ilegal.
 - B) não manifestamente ilegal.
 - C) cumprida pela obediência hierárquica pouco importando se manifestamente ilegal ou não.
 - D) cumprida pela obediência hierárquica e foi absolutamente legal.
- 10) O período de prova não revogado do livramento condicional**
- A) conta no prazo prescricional dos 5 anos da reincidência.
 - B) não conta no prazo prescricional dos 5 anos da reincidência.
 - C) nada tem com o prazo prescricional da reincidência.
 - D) apenas significa o final do cumprimento da pena observando-se, porém, que a perda da primariedade não prescreve.
- 11) Dentro do tema Dos Efeitos da Condenação de nosso Código Penal o agente pode perder a capacidade para o exercício do pátrio poder caso cometa contra o seu filho**
- A) qualquer tipo de crime doloso independente do tipo da pena.
 - B) um crime doloso sujeito a pena de reclusão.
 - C) qualquer tipo de crime, seja de natureza dolosa ou culposa.
 - D) um crime doloso mas somente se for contra o Estado de Filiação.
- 12) A reparação do dano no crime de peculato culposos**
- A) se precede a sentença irrecorrível extingue a punibilidade mas, se lhe é posterior, não causa nenhum benefício ao réu.
 - B) obedece apenas às regras do art.16 de nosso Código Penal que trata do arrependimento posterior.
 - C) em qualquer fase, mesmo após a sentença irrecorrível, é fator de extinção da punibilidade.
 - D) se precede a sentença irrecorrível extingue a punibilidade e se lhe é posterior reduz de metade a pena imposta.
- 13) No estudo da dosimetria da pena observando-se o sistema de fases adotado em nossa legislação penal, quando o julgador estiver verificando a redução de pena por ter ocorrido a forma tentada do crime analisado ele estará percorrendo a sua**
- A) segunda fase.
 - B) primeira fase.
 - C) terceira fase.
 - D) fase preliminar da culpabilidade sem ainda começar a percorrer o sistema de fases adotado em nossa legislação penal.
- 14) Como sabemos o primeiro crime elencado na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90 com alterações) é o do homicídio desde que "praticado em atividade típica de grupo de extermínio ainda que cometido por um só agente". Essa modalidade criminosa está numericamente citada nessa lei como**
- A) art.121.
 - B) art. 121, caput.
 - C) art. 121, § 1º.
 - D) art.121, § 2º, IV.

15) Para identificar e localizar o autor de constantes e repetidas ameaças anônimas contra terceiro e feitas via telefone, a autoridade policial

- A) poderá realizar a interceptação telefônica independente de qualquer autorização judicial.
- B) poderá realizar a interceptação telefônica desde que obtenha autorização judicial.
- C) poderá realizar a interceptação telefônica desde que obtenha autorização do Ministério Público.
- D) não poderá realizar a interceptação telefônica.

16) Analise a seguinte frase: "Se o juiz ao decidir um processo criminal admitir a existência do erro de tipo essencial por parte do agente não mais poderá condená-lo na forma dolosa do crime imputado". A frase

- A) está equivocada e estaria correta somente se o erro fosse de tipo essencial e invencível.
- B) está equivocada e estaria correta se o erro fosse o de proibição.
- C) está correta.
- D) está equivocada e estaria correta somente se o erro fosse o de tipo essencial vencível.

17) A lei 9.034/95 que versa sobre o chamado Crime Organizado abrange, produz efeitos

- A) somente sobre crimes contra a Ordem Econômica bastando a sua prática em co-autoria.
- B) sobre crimes praticados através de quadrilha ou bando e desde que o tipo penal esteja previsto e citado nessa lei.
- C) sobre crimes contra a Ordem Econômica independente de co-autoria ou de formação de quadrilha ou bando.
- D) somente quando o crime for resultante de ações de quadrilha ou bando sem outros detalhes sobre tipo penal.

18) Analise a seguinte frase: "é possível que o agente através de uma única ação cometa um crime doloso e um crime culposo caracterizando a figura do concurso formal de crimes."

- A) Está equivocada já que a figura do concurso formal de crimes exige delitos idênticos e dolosos.
- B) Está correta.
- C) Está equivocada já que somente poderá ocorrer concurso formal de crimes entre delitos culposos.
- D) Está equivocada em seu início já que a figura do concurso formal de crimes exige mais de uma ação ou omissão.

19) Diz o art.63 de nosso Código Penal que "Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior". Essa sentença no estrangeiro, para produzir esse efeito

- A) precisa ser homologada pelo STF conforme pacífico entendimento doutrinário.
- B) não precisa ser homologada em nosso país.
- C) precisa ser homologada pelo STJ.
- D) precisa ser homologada pelo Tribunal de Justiça de respectivo Estado onde o crime foi praticado.

20) O inimputável por doença mental que pratica um fato penalmente típico

- A) nem sempre receberá uma Medida de Segurança.
- B) sempre receberá uma Medida de Segurança face sua evidente periculosidade.
- C) sempre receberá uma Medida de Segurança independente da sua periculosidade.
- D) incide em evidente causa extrapenal de extinção da punibilidade.

21) O Ministério Público, através de seu Representante, nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo, havendo representação ou tratando-se de crime para o qual a lei preveja ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento,

- A) deverá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, sem especificá-la na proposta.
- B) poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, especificando-a na proposta.
- C) deverá propor a aplicação imediata da pena restritiva de direitos ou multas, especificando-a na proposta.
- D) poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, sem especificá-la na proposta.

22) Citado por edital, o Acusado deixa de comparecer ou de constituir Advogado. O Magistrado deverá
A) suscitar conflito negativo de jurisdição.
B) instaurar incidente de insanidade do Acusado.
C) suspender o processo.
D) declinar de sua competência.

23) A Autoridade Policial, no exercício de suas funções, tomando ciência de "notitia criminis", referente a delito cuja apuração deva-se desenvolver através de ação penal pública incondicionada, deverá, "ex-officio", instaurar o competente inquérito policial, objetivando a completa apuração dos fatos e a individualização de sua autoria, à vista do princípio

- A) da legalidade.
- B) da indisponibilidade.
- C) da oficialidade.
- D) do devido processo legal.

24) Analisando aspectos referentes à ação penal pública condicionada, podemos afirmar

- A) salvo disposição em contrário, o prazo de trinta dias para oferecimento da representação pelo ofendido ou seu representante legal e do oferecimento de requisição pelo Ministro da Justiça será contado, a partir da data em que tomarem ciência sobre a identidade do autor do crime.
- B) a representação ofertada pelo ofendido e a requisição do Ministro da Justiça são institutos processuais que condicionam a ação penal.
- C) o prazo de três meses, para o oferecimento da representação do ofendido e para a requisição do Ministro da Justiça, será contado, não se computando o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- D) tanto a representação, oferecida pelo ofendido, quanto a requisição elaborada pelo Ministro da Justiça, são passíveis de retratação, existindo apenas uma diferença: nos casos de representação, caberá retratação, até o oferecimento da denúncia; nos casos de requisição, caberá a retratação a qualquer tempo.

25) Vereador residente e domiciliado no Município de Bauru (SP), no interior de nosso Estado, quando se encontrava em Santos (SP), praticou ato definido como crime de calúnia, em nossa lei penal substantiva, contra um Juiz de Direito, também residente e domiciliado em Bauru. Podemos afirmar que

- A) gozando o Juiz de Direito de foro especial, por prerrogativa de função, dar-se-á o processo e julgamento do autor do crime, perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- B) o Juiz de Direito deverá interpor queixa-crime na Comarca de Santos, local da consumação do crime contra sua honra praticado.
- C) o Juiz de Direito poderá propor a queixa-crime na Comarca do domicílio do autor (Bauru) ou naquela em que o crime se consumou (Santos).
- D) a queixa-crime deverá ser apresentada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que a encaminhará à Autoridade Judiciária da Comarca em que o crime se consumou (Santos).

26) Relatados os autos de inquérito policial, foram eles encaminhados ao Poder Judiciário, com o formal indiciamento de determinado indivíduo, pela prática do delito de receptação, em sua modalidade culposa, caracterizada quando da aquisição de veículo automotor. Durante a fase de instrução criminal, emergiram elementos inequívocos, de que o autor do delito, quando dos fatos, tinha plena ciência da procedência criminosa do veículo. Deverá o Juiz de Direito:

- A) decidir pela absolvição ou condenação do réu, pelo crime de receptação culposa ou dolosa, explicitando, na sentença, as razões de seu convencimento.
- B) baixar o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia, abrindo-se, em seguida, o prazo de três dias para a defesa, que poderá oferecer prova, arrolando até três testemunhas.
- C) determinar a permanência do processo em cartório, intimando o defensor do réu, para que, no prazo de oito dias fale nos autos, requeira diligências, produza provas, indicando, se o quiser, a oitiva de novas testemunhas, estas em número não superior a três.
- D) tratando-se de " emendatio libelli ", baixar os autos em cartório, para que a defesa e o Ministério Público possam se manifestar, no prazo de três dias, podendo, ambos, indicar até oito testemunhas.

27) No que se refere à competência da Justiça Comum Estadual, pode-se afirmar que

- A) é supletiva às demais.
- B) é residual.
- C) é supletiva, apenas à Justiça Comum Federal.
- D) se encontra estabelecida apenas na Constituição Federal.

28) Em relação ao livramento condicional e ao "sursis", pode-se afirmar que a Lei dos Crimes Hediondos

- A) possibilita a concessão de ambos.
- B) impede apenas a concessão de "sursis", possibilitando a concessão do livramento condicional.
- C) impede a concessão de ambos.
- D) impede apenas a concessão de livramento condicional, possibilitando a concessão de "sursis".

29) A Lei de Execução Penal prevê que a assistência ao preso será

- A) material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.
- B) material, cultural, à saúde, jurídica, social e educacional.
- C) material, social, à saúde, cultural, religiosa e profissional.
- D) material, jurídica, profissional, educacional, à saúde e religiosa.

30) À vista de seu bom comportamento, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho, ao condenado, propicia a Lei de Execução Penal as seguintes recompensas

- A) a visita íntima e o direito ao trabalho externo.
- B) o elogio e a concessão de regalias.
- C) a visita ao lar em ocasiões especiais e o direito ao denominado "banho de sol".
- D) o registro em prontuário da circunstância e a possibilidade de trabalho externo.

31) No que tange às cadeias públicas, pode-se afirmar que se destinam elas

- A) apenas ao recolhimento de presos condenados, pela Autoridade Judiciária da Comarca em que se encontram instaladas.
- B) apenas ao recolhimento de presos condenados à pena de reclusão.
- C) ao recolhimento de presos provisórios.
- D) aos presos provisórios e condenados, cujos crimes foram praticados na Comarca em que se encontrem instaladas.

32) Quando for incerto o limite territorial, entre duas ou mais jurisdições, ou quando for incerta a jurisdição, por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, firmar-se-á a competência

- A) pela conexão ou continência.
- B) pela prevenção.
- C) pela distribuição.
- D) pelo domicílio ou residência do réu.

33) Quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, a competência será determinada

- A) pela distribuição.
- B) pela prevenção.
- C) pelo domicílio da vítima.
- D) pela continência.

34) A competência dos Juizados Especiais, criados pela Lei nº 9.099/95, é determinada

- A) pelo local em que foi praticada a infração.
- B) pelo domicílio da vítima ou, na impossibilidade, pelo domicílio do autor da infração.
- C) pelo domicílio do autor da infração.
- D) pelo local em que a infração produziu seu resultado.

35) Nos casos de prisão em flagrante, quando o fato for praticado em presença da Autoridade Policial ou contra esta, deverão os autos ser encaminhados a Juízo

- A) imediatamente.
- B) em cinco dias.
- C) em dez dias.
- D) em trinta dias.

36) Nos crimes de ação pública, o Juiz (,)

- A) poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
- B) caso o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, deverá, obrigatoriamente, proferir sentença absolutória, eis que aquele detém a titularidade da ação penal.
- C) poderá proferir sentença condenatória, mesmo que o Ministério Público tenha-se manifestado pela absolvição, mas não poderá apreciar eventuais circunstâncias agravantes, se estas não tiverem sido alegadas.
- D) deverá, sempre, absolver o réu, quando inexistirem agravantes reconhecidas pelo Ministério Público ou pelo assistente da acusação.

37) Nos casos de exame pericial, em local de crime contra o patrimônio, praticado com destruição ou rompimento de obstáculo, ou por meio de escalada, além de vestígios, deverão os peritos indicar, quando possível

- A) os instrumentos e meios utilizados e a época presumida em que o fato foi praticado.
- B) apenas os meios utilizados pelo(s) autor(es) do delito, para alcançarem a "res furtiva".
- C) através de fotografias, apenas os instrumentos utilizados, quando estes forem deixados no local.
- D) consignar no laudo tudo o que for possível de ser confirmado através de fotografia.

38) No que concerne aos documentos legalmente aceitos, podemos afirmar que (,)

- A) as cartas particulares, obtidas por meios escusos, somente poderão ser aceitas em juízo, se o signatário assim o permitir.
- B) as cartas particulares somente poderão ser exibidas em juízo, pelo respectivo destinatário, para defesa de seu direito, se houver prévia anuência do signatário.
- C) os documentos somente poderão ser juntados ao inquérito, até o indiciamento, vez que são provas objetivas.
- D) quando contestada sua autenticidade, a letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial.

39) O Órgão do Ministério Público opôs exceção de incompetência do Juízo, buscando conflito negativo de jurisdição, dada declinação precedente da Justiça Militar. Na Justiça Comum, o Magistrado deixou de suscitar a medida, rejeitando a oposição. Inconformado, colimando à reforma da decisão, poderá o Órgão do Ministério Público

- A) recorrer ao Procurador Geral de Justiça.
- B) promover correção parcial.
- C) ajuizar apelação.
- D) impetrar "habeas corpus".

40) A prisão preventiva, à luz da lei processual penal, pode ser decretada judicialmente para

- A) manutenção da ordem pública, garantia da instrução, em face de periculosidade do agente e satisfação à sociedade.
- B) manutenção das ordens pública e econômica, conveniência da instrução processual e garantia da aplicação da lei penal.
- C) manutenção da ordem econômica, garantia contra fuga do agente e satisfação à sociedade.
- D) manutenção da ordem pública, garantia da aplicação da lei penal, antecipação da pena em face da periculosidade do agente.

41) O atributo da exigibilidade do ato administrativo diz respeito

- A) à desnecessidade de anuência do administrado.
- B) ao poder de imposição de obediência e cumprimento.
- C) à possibilidade de execução forçada.
- D) ao condicionamento da execução à prévia autorização judicial.

42) "Ônus real de uso imposto pelo Poder Público à propriedade particular ou pública, para assegurar o oferecimento de utilidades e comodidades à coletividade" é conceito de

- A) tombamento.
- B) desapropriação.
- C) servidão administrativa.
- D) ocupação temporária.

43) Realização de obra pública e necessidade de ocupação de terreno vizinho não edificado são condições que legitimam

- A) a desapropriação indireta.
- B) a servidão administrativa.
- C) a ocupação temporária.
- D) a limitação administrativa.

44) Em matéria de desapropriação

- A) a União, os Estados e os Municípios podem desapropriar bens uns dos outros.
- B) os Estados podem legislar supletivamente acerca de questões regionais.
- C) a competência legislativa é privativa da União.
- D) a competência legislativa privativa da União é restrita à reforma agrária.

45) A teoria da responsabilidade sem culpa inclui

- A) a culpa administrativa e o risco administrativo, excluindo o risco integral.
- B) a culpa administrativa, excluindo o risco administrativo e o risco integral.
- C) o risco administrativo e o risco integral, excluindo a culpa administrativa.
- D) o dolo administrativo, excluindo o risco integral e a culpa administrativa.

46) A Administração Pública condenada a indenizar um administrado

- A) pode denunciar à lide o servidor que causou o dano para que pague diretamente ao credor.
- B) deve pagar e ajuizar sempre ação regressiva contra o servidor que causou o dano.
- C) deve pagar e ajuizar ação regressiva contra o servidor que causou o dano por dolo ou culpa.
- D) deve denunciar à lide o servidor que, por dolo ou culpa, causou o dano para que pague diretamente ao credor.

47) Para o servidor público o direito de greve

- A) é norma constitucional de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- B) é norma constitucional de eficácia limitada.
- C) é norma estatutária de eficácia contida.
- D) depende de emenda constitucional que o institua.

48) A reintegração dá-se por decisão

- A) administrativa em favor do servidor público exonerado.
- B) judicial em favor do servidor público demitido ou exonerado.
- C) judicial em favor do servidor público demitido ilegalmente.
- D) judicial em favor do servidor público exonerado.

49) A imprescritibilidade é característica do regime jurídico dos bens públicos e por ela

- A) só os bens públicos desafetados podem ser alienados.
- B) os bens públicos não podem ser usucapidos.
- C) os bens públicos não podem ser penhorados.
- D) sua alienação exige prévia autorização legislativa, avaliação e licitação.

50) Constitui motivo de exclusão de falta disciplinar do policial civil

- A) a primariedade.
- B) o ressarcimento do dano.
- C) a confissão espontânea.
- D) a não exigibilidade de outra conduta.

51) Sujeitam-se ao duplo grau de jurisdição as sentenças que

- A) concedem mandado de segurança e julgam procedente ação popular.
- B) denegam mandado de segurança e julgam improcedente ação popular.
- C) concedem mandado de segurança e julgam improcedente ação popular.
- D) denegam mandado de segurança e julgam procedente ação popular.

52) Na contratação de profissional de notória especialização

- A) impõe-se, como modalidade de licitação, a concorrência.
- B) impõe-se, como modalidade de licitação, o concurso.
- C) dá-se a hipótese de dispensa de licitação.
- D) dá-se a hipótese de inexigibilidade de licitação.

53) Pela legislação vigente foi suprimida como tipo de licitação a de

- A) preço base.
- B) melhor técnica.
- C) técnica e preço.
- D) melhor preço.

54) A presunção de legitimidade do ato administrativo

- A) impõe o ônus da prova de eventual invalidade a quem a alega.
- B) torna-o exigível.
- C) é "juris tantum".
- D) inclui todas as alternativas anteriores.

55) O parecer administrativo tem a característica de

- A) vincular a administração ou particulares a sua motivação ou conclusões, independentemente de ato subsequente.
- B) impor ao servidor público uma sanção.
- C) ter efeito vinculativo, somente quando referendado pelo Poder Judiciário.
- D) obrigatoriedade, nos casos de exigência legal de prévia audiência de órgão consultivo, antes de decisão final da administração.

56) A rescisão do contrato administrativo ocorre

- A) por exigência do contratado.
- B) somente quando houver acordo entre a Administração Pública e o contratado.
- C) por ato próprio e unilateral da Administração em razão de inadimplência do contratado ou por interesse do serviço público.
- D) exclusivamente em decorrência de decisão judicial.

57) As chamadas "Cláusulas Exorbitantes" estão explícitas ou implícitas

- A) nos contratos comuns, sujeitos às normas do Direito Privado.
- B) em todos os contratos administrativos.
- C) nos contratos administrativos e privados.
- D) somente nos contratos administrativos de concessão de serviço público.

58) Mediante recurso do servidor punido, dar-se-á Revisão de Processo Administrativo

- A) exclusivamente por determinação do superior hierárquico.
- B) sob qualquer fundamento.
- C) "ex officio".
- D) somente nos casos expressos em lei.

59) A demissão de funcionário, em razão de penalidade, constitui ato administrativo

- A) discricionário.
- B) vinculado.
- C) impróprio.
- D) de império.

60) Constituem exemplos de atos administrativos ordinários

- A) decretos e regulamentos.
- B) instruções, circulares e ordens de serviço.
- C) certidões, atestados e pareceres.
- D) autorizações e permissões.

61) O Estado Democrático de Direito, existente na República Federativa do Brasil, tem como fundamentos

- A) a soberania, a livre iniciativa e a autodeterminação.
- B) a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a soberania, o pluralismo político e a cidadania.
- C) a soberania, a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento e os valores do trabalho.
- D) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a indissolubilidade e os valores sociais do trabalho.

62) A Constituição da República Federativa do Brasil assegura o direito de greve

- A) a todos os trabalhadores e aos servidores públicos civis e militares, através dos respectivos sindicatos.
- B) a todos os trabalhadores e servidores públicos, sem condições ou limites.
- C) aos trabalhadores e quanto aos servidores públicos civis nos termos e limites definidos em lei complementar.
- D) somente aos trabalhadores sindicalizados e aos servidores celetistas.

63) Com o respectivo número de ordem, a emenda à Constituição será promulgada

- A) pelos Presidentes do Senado e da Câmara Federal.
- B) pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) somente pelo Presidente do Congresso Nacional.
- D) pelo Presidente da República, conjuntamente com o Presidente do Senado Federal.

64) Os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei e de ato normativo do poder público

- A) somente pelos votos dos membros do respectivo órgão especial.
- B) exclusivamente pelo voto da maioria de seus membros presentes ao julgamento.
- C) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D) unicamente pelo voto da maioria simples de seus membros.

65) A aprovação das leis complementares depende do apoio da maioria absoluta dos parlamentares, sendo pois necessário o voto

- A) da totalidade dos parlamentares presentes.
- B) da maioria, considerando-se o número total de integrantes da casa legislativa.
- C) da maioria dos parlamentares presentes.
- D) da maioria dos parlamentares presentes, não considerados os suplentes em exercício.

66) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão

- A) do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- B) do Ministro da Justiça, assegurada ampla defesa.
- C) judicial.
- D) judicial, com trânsito em julgado.

67) Sabendo-se que a Constituição Federal vigente veda a imposição de penas de caráter perpétuo, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático constitui crime

- A) inafiançável e imprescritível.
- B) inafiançável e prescritível em trinta anos.
- C) inafiançável e prescritível em vinte anos.
- D) político, afiançável pelo Superior Tribunal Militar.

68) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados imediatamente

- A) ao Juiz de Direito e ao Promotor de Justiça.
- B) ao Juiz de Direito e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- C) ao Juiz de Direito, ao Promotor de Justiça e à família do preso.
- D) ao Juiz de Direito, ao Promotor de Justiça e à pessoa indicada pelo preso.

69) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de

- A) concessão ou de permissão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.
- B) domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
- C) concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de oito anos.
- D) domínio, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.

70) A perda ou suspensão dos direitos políticos

- A) só se dará no caso de incapacidade civil absoluta.
- B) só se dará no caso de improbidade administrativa.
- C) só se dará no caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- D) dar-se-á em todos os casos mencionados nas alternativas anteriores.

71) A exploração do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, quando não feita diretamente pela União, pode ser feita por terceiros

- A) apenas por autorização.
- B) apenas por concessão.
- C) apenas por permissão.
- D) por qualquer das formas apresentadas nas alternativas anteriores.

72) A eleição pelo sistema proporcional e pelo princípio majoritário relaciona-se, respectivamente, aos

- A) Deputados Distritais e aos Senadores.
- B) cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
- C) Senadores e aos Prefeitos Municipais.
- D) Deputados Estaduais e aos Deputados Federais.

73) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, nomeados pelo Presidente da República, são em número de

- A) onze, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- B) treze, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, após aprovação do Senado Federal.
- C) onze, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, após aprovação pelo Congresso Nacional.
- D) onze, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, após aprovação pela maioria qualificada do Senado Federal.

74) O julgamento de recurso especial é competência do

- A) Supremo Tribunal Federal e cabe contra decisão que contrarie lei federal.
- B) Supremo Tribunal Federal e cabe contra decisão que contrarie a Constituição Federal.
- C) Superior Tribunal de Justiça e cabe contra decisão prolatada em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais dos Estados ou do Distrito Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça e cabe contra decisão que negue vigência a tratado federal.

75) O controle externo da atividade policial pode ser exercido pelo Ministério Público

- A) na forma da legislação ordinária editada após a Constituição de 1988.
- B) segundo as específicas normas regulamentares por ele editadas.
- C) estritamente na forma da Lei Orgânica do próprio Ministério Público.
- D) segundo as normas da Corregedoria Geral da Justiça.

76) "Conjunto de normas estruturais de uma dada sociedade" supõe conceito

- A) formal de Constituição.
- B) analítico de Constituição.
- C) material de Constituição.
- D) temporal de Constituição.

77) Pode(m) propor ação declaratória de constitucionalidade

- A) o Governador do Estado contra lei estadual.
- B) o Presidente da República contra lei federal.
- C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra lei federal ou estadual.
- D) todos os mencionados nas alternativas anteriores.

78) Pela Constituição do Estado, a administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, no prazo

- A) máximo de dez dias úteis.
- B) de quinze dias.
- C) máximo de trinta dias.
- D) de quinze dias úteis.

79) A remoção do Delegado de Polícia, segundo a Constituição Estadual, poderá ocorrer

- A) somente a pedido do interessado.
- B) somente a pedido do interessado ou manifestação favorável do Colegiado Superior da Polícia Civil, nos termos da lei.
- C) como pena disciplinar acessória, assegurada ampla defesa.
- D) somente a pedido do interessado ou por permuta.

80) Constitucionalmente, a Polícia do Estado é integrada

- A) pela Polícia Civil e Polícia Militar, subordinada ao Secretário da Segurança Pública.
- B) pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, subordinada ao Governador do Estado.
- C) pela Polícia Civil, Superintendência da Polícia Técnico-Científica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, subordinada ao Governador do Estado.
- D) pela Polícia Civil, Superintendência da Polícia Técnico-Científica e Polícia Militar, subordinada ao Governador do Estado, por intermédio do Secretário da Segurança Pública.

81) Mancha acinzentada ou enegrecida na pele, ao redor de um ferimento perfuro-contuso produzido por projétil de arma de fogo, removível com água e detergente, recebe o nome de

- A) orla de enxugo.
- B) sinal de Benassi.
- C) zona de tatuagem.
- D) zona de esfumaçamento.

82) Arrancamento da epiderme e infiltração de sangue entre as malhas do tecido recebem, respectivamente, os nomes de

- A) equimose e hematoma.
- B) escoriação e equimose.
- C) equimose e escoriação.
- D) escoriação e hematoma.

83) Bordas lineares regulares, superfícies internas lisas e fundo linear regular são características de ferimentos

- A) lácero-contusos.
- B) corto-contusos.
- C) perfuro-incisos.
- D) incisos.

84) Pode-se dizer que

- A) a ausência de câmara de mina de Hoffmann é prova cabal de que o disparo não foi feito com arma de fogo encostada no corpo da vítima.
- B) a orla de contusão e a de enxugo não se formam em ferimentos por tiros à queima-roupa ou encostados.
- C) o orifício de saída de um projétil de arma de fogo é sempre maior que o de entrada.
- D) a ausência de zona de tatuagem na pele da vítima de ferimento por projétil de arma de fogo não é prova definitiva de que o tiro não foi dado à curta distância.

85) Nos ferimentos produzidos por instrumentos perfuro cortantes

- A) o número de caudas nem sempre corresponde ao número de gumes do instrumento.
- B) o número de caudas sempre corresponde ao número de gumes de instrumento.
- C) a profundidade do ferimento é sempre e obrigatoriamente maior que sua extensão na superfície da pele.
- D) a cauda de saída é, normalmente, mais rasa e mais longa que a de entrada.

86) O hematoma, coleção de sangue decorrente de hemorragia interna

- A) desenvolve-se exclusivamente sob a pele, na região subcutânea.
- B) é sempre provocado por instrumento contundente.
- C) desaparece normalmente em três semanas, passando pelas cores do espectro equimótico.
- D) pode-se formar inclusive em órgãos internos, como os pulmões e o coração.

87) Pode-se dizer que os ferimentos que acarretam hemorragias proporcionalmente maiores são os

- A) lácero-contusos.
- B) corto-contusos.
- C) incisos.
- D) punctórios.

88) Diz-se que alguém foi vítima de fulminação, quando

- A) recebeu uma descarga fatal de eletricidade industrial de alta tensão.
- B) teve morte imediata por uma causa violenta.
- C) teve morte súbita por qualquer causa.
- D) recebe uma descarga de eletricidade atmosférica.

89) Um usuário habitual de álcool etílico

- A) jamais desenvolve tolerância ou dependência a esta droga.
- B) pode desenvolver tolerância, mas não dependência a esta droga.
- C) pode desenvolver dependência, mas não tolerância a esta droga.
- D) pode desenvolver tanto tolerância quanto dependência a esta droga.

90) O fato de um indivíduo necessitar de doses cada vez maiores de uma determinada droga psicoativa para obter um efeito desejado caracteriza

- A) a tolerância.
- B) a dependência.
- C) o hábito.
- D) o vício.

91) Na alucinação alcoólica, o alcoólatra habitualmente tem

- A) alucinações visuais de animais diminutos em grande número que lhe sobem pelo corpo e pelas vestes.
- B) alucinações visuais de monstros terríficos.
- C) alucinações visuais de figuras com cores brilhantes e berrantes.
- D) alucinações auditivas.

92) Entre os sinais gerais das asfixias, não se deve incluir a

- A) cianose.
- B) congestão pulmonar.
- C) formação de manchas de Tardieu.
- D) formação de manchas de Paltauf.

93) Um ferimento contuso, na forma de um sulco no pescoço, oblíquo e interrompido, escoriado, com borda superior mais saliente que a inferior e profundidade não uniforme, deve levar o perito a pensar em
A) estrangulamento.
B) enforcamento.
C) esgorjamento.
D) degola.

94) O preceito legal que impede a realização da necropsia antes que decorram seis horas do momento do óbito se baseia no aparecimento de fenômenos abióticos consecutivos, tais como
A) resfriamento cadavérico e manchas de hipostase.
B) parada cardíaca e manchas de hipostase.
C) insensibilidade e imobilidade cadavéricas.
D) imobilidade e rigidez cadavéricas.

95) Adipocera é uma substância que, nos fenômenos abióticos transformativos, caracteriza a
A) fase coliquativa da putrefação.
B) mumificação.
C) fase cromática da putrefação.
D) saponificação.

96) Maceração é um fenômeno cadavérico transformativo que ocorre normalmente quando o cadáver
A) é sepultado em terreno argiloso e úmido.
B) permanece imerso em meio aquoso.
C) fica abandonado ao relento, em ambiente silvestre.
D) é mumificado artificialmente.

97) Os fenômenos abióticos imediatos são sinais habitualmente utilizados para a constatação da morte de uma pessoa. Entre eles podemos citar:
A) parada cardíaca, cessação da respiração e inconsciência.
B) parada cardíaca, insensibilidade e resfriamento corporal.
C) resfriamento corporal, rigidez muscular e parada cardíaca.
D) parada cardíaca, parada respiratória e rigidez.

98) A constatação pericial de rotura recente do hímen permite, em caso de queixa de estupro
A) concluir, com absoluta certeza, que houve conjunção carnal.
B) concluir, com absoluta certeza, que houve, pelo menos, um ato libidinoso.
C) fazer uma presunção ("iuris tantum") de que ocorreu a conjunção carnal.
D) concluir, com absoluta certeza, que ocorreu o estupro, se a vítima tiver menos de quatorze anos de idade.

99) As docimasias hidrostáticas de Galeno são utilizadas pelo médico-legista para
A) comprovar a presença de água nos pulmões, em caso de afogamento.
B) verificar se o feto respirou ao nascer.
C) verificar o grau de desidratação de um cadáver.
D) comprovar a existência de água no estômago de vítima de afogamento.

100) Cristais de Teichmann indicam que o material examinado é
A) provavelmente esperma.
B) certamente esperma.
C) provavelmente sangue.
D) certamente sangue.

Gabarito

1-C 2-B 3-A 4-B 5-B 6-B 7-C 8-D 9-A 10-A 11-B 12-D 13-C 14-A 15-D 16-C 17-D 18-B 19-B 20-A 21-B 22-C 23-A 24-B 25-C 26-B 27-B 28-B 29-A 30-B 31-C 32-B 33-D 34-A 35-A 36-A 37-A 38-D 39-D 40-B 41-B 42-C 43-C 44-C 45-A 46-C 47-B 48-C 49-B 50-D 51-C 52-D 53-A 54-D 55-D 56-C 57-B 58-D 59-B 60-B 61-B 62-C 63-B 64-C 65-B 66-D 67-A 68-B 69-B 70-D 71-D 72-A 73-A 74-D 75-C 76-B 77-B 78-A 79-- 80-B 81-D 82-B 83-D 84-D 85-A 86-D 87-C 88-D 89-D 90-A 91-D 92-D 93-B 94-A 95-D 96-B 97-A 98-C 99-B 100-D